



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO SOCIAL 2019

**Senhores Acionistas,**  
A Administração da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

## 1. PERFIL DA COMPANHIA

A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("ISA Investimentos" ou "Companhia") é uma companhia *holding* nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 10 de janeiro de 2017 e transformada em sociedade anônima em 27 de abril de 2017. O objeto social da ISA Investimentos compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza. A Companhia tem como acionistas a Interconexão Elétrica S.A. E.S.P ("ISA"), com participação de 99,9% do capital social, e a ISA Capital do Brasil S.A. ("ISA Capital"), com 0,1%. Em 02 de junho de 2017, a ISA Investimentos recebeu o aporte de capital deliberado por seus acionistas na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2017, e desta forma, seu capital social integralizado passou a ser de R\$695,7 milhões representado por 695.700.000 ações ordinárias, sendo R\$695 milhões pertencente à acionista ISA e R\$700 mil pertencente à ISA Capital. Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 13 de abril de 2018, os acionistas aprovaram o aumento do capital social, sem emissão de ações, mediante capitalização do dividendo obrigatório no montante R\$101 mil, passando o capital de R\$695,7 milhões para R\$695,8 milhões. A ISA

Investimentos foi constituída com o objetivo inicial de adquirir as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA"), alienadas pelo Fundos FIP Coliseu e FIA Taurus, em 27 de dezembro de 2016, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado entre as partes, naquela data. Em 09 de fevereiro de 2017, a ISA Investimentos aderiu ao Contrato de substituição à ISA e assumiu todos os direitos e obrigações. Em 13 de junho de 2017, ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de Ações, ocasião em que a ISA Investimentos passou a ser proprietária das 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA, equivalente a 26,03% das ações ordinárias e 14,88% do capital social total daquela Entidade. Pela aquisição das ações, a ISA Investimentos pagou à vista a importância de R\$1,019 bilhão, sendo parte dos recursos proveniente de capital próprio e parte por financiamento (debêntures). Em 13 de junho de 2017, a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA, que prevê o controle em conjunto daquela Companhia com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

## 2. COMPROMISSOS FINANCEIROS

Visando obter financiamento de parte dos recursos necessários para a aquisição da TAESA, em 16 de maio de 2017, por meio da Assembleia Geral dos acionistas da Companhia, foi aprovado o Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões) de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no montante de R\$350 milhões, firmados com a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na condição de Agente Fiduciário. O Banco Bradesco BBI atuou como o coordenador líder da operação. As debêntures que foram depositadas para distribuição pública por meio da MDA (Módulo de Distribuição de Ativos),

administrado e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos), com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, sob regime de garantia firme de subscrição, e em 09 de junho de 2017 foram totalmente adquiridas pelo Banco Bradesco BBI S.A.. Em 2019, a Companhia desembolsou, entre amortização do principal e juros, a importância de R\$98,5 milhões encerrando o exercício com saldo a pagar, entre principal e juros, da ordem de R\$146,6 milhões.

## 3. RECEBIMENTO DE PROVENTOS DA INVESTIDA

A ISA Investimentos, durante o exercício de 2019, recebeu um título de resultado de equivalência patrimonial a importância de R\$149,1 milhões, e recebeu proventos, a título de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio, que somam a importância de R\$96,9 milhões.

## 4. AUDITORES INDEPENDENTES

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A., informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou apenas serviços relacionados à auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2019	2018
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.480	22.569
Tributos e contribuições a compensar	6	2.418	6.127
		<b>13.898</b>	<b>28.696</b>
<b>Não circulante</b>			
Investimentos	7	1.059.159	1.031.304
		<b>1.059.159</b>	<b>1.031.304</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.073.057</b>	<b>1.060.000</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2019	2018
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		149	2
Debêntures	8	7.807	21.658
Tributos e encargos sociais a recolher	9	2.059	3.037
		<b>10.015</b>	<b>24.697</b>
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	8	138.790	208.013
		<b>138.790</b>	<b>208.013</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	10 (a)	695.801	695.801
Reservas de lucros	10 (c)	228.451	131.489
		<b>924.252</b>	<b>827.290</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.073.057</b>	<b>1.060.000</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva especial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>695.700</b>	<b>529</b>	<b>9.952</b>	-	-	<b>706.181</b>
Adoção do CPC 47 pela investida		-	-	-	16.873	-	16.873
Aumento de capital		101	-	-	-	-	101
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	104.135	104.135
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal		-	5.207	-	-	(5.207)	-
Constituição de reserva especial		-	-	-	16.528	(16.528)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	82.400	-	(82.400)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>695.801</b>	<b>5.736</b>	<b>92.352</b>	<b>33.401</b>	-	<b>827.290</b>
Ajuste de combinação de negócios de aquisição de participação na investida		-	-	-	630	-	630
Lucro líquido do exercício	10 (b/d)	-	-	-	-	96.332	96.332
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal	10 (b/c)	-	4.816	-	-	(4.816)	-
Constituição de reserva especial	10 (c)	-	-	-	41.179	(41.179)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	10 (c)	-	-	50.337	-	(50.337)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>695.801</b>	<b>10.552</b>	<b>142.689</b>	<b>75.210</b>	-	<b>924.252</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

**1.1 Objeto social:** A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("ISA Investimentos" ou "Companhia") é uma companhia *holding* nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 10 de janeiro de 2017 e transformada em sociedade anônima em 27 de abril de 2017. O objeto social da ISA Investimentos compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza. A Companhia tem como acionistas a Interconexão Elétrica S.A. E.S.P ("ISA"), com participação de 99,9% do capital social, e a ISA Capital do Brasil S.A. ("ISA Capital"), com 0,1%. Em 02 de junho de 2017, a ISA Investimentos recebeu o aporte de capital deliberado por seus acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2017 e passou o seu Capital Social integralizado para R\$695,7 milhões representado por 695.700.000 ações ordinárias, sendo R\$695 milhões da acionista ISA e R\$700 mil da ISA Capital. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 13 de abril de 2018, os acionistas aprovaram o aumento do capital social, sem emissão de ações, mediante capitalização do dividendo obrigatório no montante de R\$101, passando o capital de R\$695,700 para R\$695,801. A ISA Investimentos foi constituída com o objetivo inicial de adquirir as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da empresa Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA") alienadas pelos Fundos FIP Coliseu e FIA Taurus, em 27 de dezembro de 2016, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre as partes naquela data. Em 09 de fevereiro de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Contrato de substituição à ISA e assumiu todos os direitos e obrigações. Em 13 de junho de 2017 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de Ações, ocasião em que a ISA Investimentos passou a ser proprietária das 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA que equivale a 26,03% do total das ações ordinárias e 14,88% do capital social total daquela Sociedade. Pela totalidade das ações a ISA Investimentos pagou à vista a importância de R\$1,019 bilhão, sendo parte dos recursos provenientes de capital próprio e parte por financiamento (debêntures). Em 13 de junho de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA, que prevê o controle em conjunto daquela Companhia com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2.1 Bases de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e evidenciam todas as informações relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. Em 25 de março de 2020, as demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). **2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados a menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **2.3.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. O teste de redução ao valor recuperável do Mais-valia é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade. O teste de redução ao valor contábil de cada ativo Ativo Intangível com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2019 não há indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, que se refere basicamente ao montante de Mais-valia, devidamente divulgado na nota explicativa 7. **2.3.2. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.4 Controle em conjunto:** A Companhia possui participação minoritária como acionista na investida TAESA, sem o poder de controlar individualmente as políticas financeiras e operacionais da entidade. O resultado da investida é reconhecido pelo método de equivalência, conforme CPCs 18 (R2), 19 (R2) e 36 (R3). Avaliação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizadacom transação patrimonial.: Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a participação na investida TAESA é de 14,8792%.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias. A Companhia enquadra-se no regime de Lucro Real Trimestral. O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia não apurou impostos diferidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **3.3 Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. **(a) Ativos financeiros: (i) Classificação e mensuração:** Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: **"Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado.** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados em mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações de valor decorrentes do reconhecimento do resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados às aplicações financeiras em títulos de taxa fixa CDB - Certificado de Depósito Bancário (nota 05). **"Custo amortizado.** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, ativos financeiros classificados nesta categoria corresponde aos valores registrados na rubrica de Caixa e Bancos (nota 05). **(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (impairment):** Conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros, o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. Com base no CPC 47, a entidade deve avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 48. A redução ao valor recuperável de ativo de contrato deve ser mensurada, apresentada e divulgada da mesma forma que um ativo financeiro que esteja dentro do alcance do CPC 48. Em 31 de dezembro de 2019 não há indícios de perda por redução ao valor recuperável. **(iii) Baixa de ativos financeiros:** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros

transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **(b) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo. Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter reversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 05).

**3.5 Investimentos:** O investimento na investida TAESA é avaliado pelo método de equivalência patrimonial e contabilizado no balanço patrimonial da Companhia ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária naquela investida. A participação societária na investida é apresentada na demonstração do resultado da Companhia como resultado de equivalência patrimonial. **3.6 Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. **3.7 Dividendos:** O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. É facultado pelo inciso II, parágrafo 3º do artigo 202 da Lei 6.404/76 refer todo o lucro líquido do exercício, em Assembleia Geral, sendo aplicável para companhias fechadas. **3.8 Principais mudanças nas políticas contábeis:** A Companhia adotou os novos pronunciamentos e interpretações novas e/ou revisadas pelo CPC, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2019, que são: **\* CPC nº 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Os arrendatários reconhecem separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso. Os arrendatários também reavaliam o passivo do arrendamento na ocorrência de eventos, mudança no prazo do arrendamento, nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. A Companhia não possui contratos de arrendamentos, desta forma, não há impacto na demonstração financeira com a adoção do CPC 06 (R2). **ICPC 22 - IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** Essa interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. A Companhia analisou as incertezas relacionadas aos Custos e Benefícios na apuração dos tributos sobre o lucro, em conjunto com seus assessores legais internos e externos e não identificou impactos significativos em suas demonstrações financeiras decorrentes de tratamentos que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir estes estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas, sofreu qualquer alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

## 4. NORMAS EMITIDAS, MAS AINDA NÃO VIGENTES

\* CPC 11 - Contratos de Seguros; \* CPC 15 (R1) - Definições de negócios; \* CPC 26 (R1) e CPC 23 - Definição de omissão material; A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos desses pronunciamentos, destacados acima.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	% do CDI	2019	2018
Caixa e bancos		160	166
Equivalentes de caixa (i)			
95% a 99%	11.320	22.403	11.480
		<b>11.480</b>	<b>22.569</b>

(i) Equivalentes de caixa (sem considerar os saldos de caixa e bancos) estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 15 (c).

## 6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

	2019	2018
Imposto de renda retido na fonte	1.347	3.078
IRPJ Saldo negativo	1.071	3.049
	<b>2.418</b>	<b>6.127</b>

Referente às retenções de imposto de renda sobre resgates de aplicações financeiras e de recebimento de juros sobre capital próprio. A Companhia mantém o registro do saldo no ativo circulante em função da expectativa de utilização do crédito nos próximos 12 meses.

## 7. INVESTIMENTOS

Trata-se da aquisição das ações da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (TAESA), ocorrida em 13 de junho de 2017, conforme informado na nota explicativa nº 1. O investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é composto como segue:

	2019	2018
<b>a) Informações da controlada em conjunto TAESA</b>		
<b>Ativo circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	82.562	20.869
Títulos e valores mobiliários	2.337.228	798.604
Contas a receber	128.177	159.200
Contrato de concessão	856.975	863.892
Outros ativos	164.488	85.106
<b>Ativo não circulante</b>		
Títulos e valores mobiliários	4.586	4.339
Contas a receber	18.869	13.618
Contrato de concessão	5.239.610	4.592.202
Investimentos	2.167.408	1.912.943
Outros ativos	231.073	165.521
<b>Passivo circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	10.395	10.751
Debêntures	724.066	417.529
Outros passivos	262.020	218.525
<b>Passivo não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	414.557	409.780
Debêntures	4.158.834	2.461.895
Impostos e tributos	644.332	450.624
Outros passivos	88.957	75.138
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>4.926.795</b>	<b>4.572.052</b>

Receita operacional líquida 1.794.959 1.635.237  
Títulos e valores mobiliários (574.018) (92.356)  
Receita (despesas) operacionais (132.098) (144.282)  
Resultado financeiro (258.797) (211.187)  
Resultado não operacional 9.811 -  
Imposto de renda e contribuição social (143.882) (147.363)  
Lucro (prejuízo) líquido 1.002.315 1.071.305

Número de ações (quantidade) na data do Balanço **1.033.496.721 1.033.496.721**

	2019	2018
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	3.042.035	3.042.035
Reservas de capital	598.736	594.507
Reservas de lucros	1.224.261	878.346
Dividendos adicionais propostos	61.763	57.170
<b>Total</b>	<b>4.926.795</b>	<b>4.572.052</b>

	TAESA	2018
<b>a) Informações do investimento da Companhia</b>		
<b>Ativos</b>		
Ações possuídas (base equivalência)	153.775.790	153.775.790
Patrimônio líquido (base equivalência patrimonial)	4.926.795	4.572.052
Percentual de participação sobre capital social	14,8792%	14,8792%
Participação no patrimônio líquido	733.068	680.284
Mais valia (i)	390.492	390.492
(-) Amortização - Mais valia	(1.059.159)	(1.031.304)
<b>Total do investimento</b>	<b>1.059.159</b>	<b>1.031.304</b>

(i) Valor decorrente da diferença entre o preço da aquisição, e o valor patrimonial da adquirida conforme balanço patrimonial na data-base de 30 de junho de 2017. A Mais-valia foi considerada como sendo de vida útil definida, tendo em vista que o pagamento da mesma é atribuível aos direitos vinculados aos contratos de concessão detido por aquela investida. Para atender à Interpretação Técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial que remete ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios, uma empresa de consultoria externa foi contratada para a emissão de Laudo de Avaliação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos da TAESA, cuja conclusão ocorreu em junho de 2018. O Laudo emitido pela consultoria externa, demonstrou que a avaliação econômica (valor justo) da participação adquirida pela Companhia, na data-base de 30 de junho de 2017, é significativamente, semelhante ao total do investimento contabilizado, gerando apenas uma

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2019	2018
Resultado de equivalência patrimonial	7 (c)	149.068	159.401
Despesas operacionais gerais e administrativas	11	(2.088)	(982)
Amortização da Mais valia da concessão	7 (b)	(24.928)	(22.702)
		<b>(27.016)</b>	<b>(23.684)</b>

	2019	2018
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro</b>	<b>122.052</b>	<b>135.717</b>

→ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## 12. RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
<b>Receitas</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	432	434
Juros SELIC IR a recuperar	198	277
PIS sobre receita financeira	(4)	(6)
COFINS sobre receita financeira	(26)	(28)
	<b>600</b>	<b>677</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos sobre as debêntures	(15.768)	(24.050)
Imposto sobre operações financeiras	(24)	(27)
PIS e COFINS referente a Juros Sobre Capital Próprio	(3.773)	(3.796)
Outros	(1)	(88)
	<b>(19.566)</b>	<b>(27.961)</b>
	<b>(18.966)</b>	<b>(27.284)</b>

## Resultado financeiro líquido

## 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 2019 a Companhia adotou o regime de lucro real trimestral, porém o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente.

(a) **Conciliação da alíquota efetiva:** A despesa ou crédito de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil conforme segue:

	2019	2018
Lucro antes do IR e da CS	103.086	108.433
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(35.049)	(36.867)
Juros sobre capital próprio recebidos de investida	(13.868)	(13.954)

Amortização da Mais-valia	(8.476)	(7.719)
Equivalência patrimonial	50.683	54.196
Outros	(44)	46
<b>Despesa de IR e CS efetiva</b>	<b>(6.754)</b>	<b>(4.298)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>6,55%</b>	<b>3,96%</b>

## 14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A única transação com partes relacionadas no exercício refere-se à prestação de serviços, pela ISA Capital por meio de Contrato de prestação de serviços abrangendo, serviços de escrituração contábil e fiscal, entre outros. Durante o ano de 2019, o gasto correspondente foi no montante de R\$228, registrado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas (nota 11).

## 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No exercício findo em 2019, a Companhia não contratou nem negociou instrumentos financeiros, tampouco instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. (a) **Identificação dos principais instrumentos financeiros**

	Nível	2019	2018
<b>Ativos financeiros</b>			
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Equivalentes de caixa (CDB)	2	11.320	22.403
<b>Custo amortizado</b>			
Caixa e bancos	-	160	166
<b>Passivos financeiros</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Debêntures			
Circulante	-	7.807	21.658
Não circulante	-	138.790	208.013
Fornecedores	-	149	2

(b) **Financiamentos:** • **Índice de endividamento:** O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	2019	2018
Debêntures		
Circulante	7.807	21.658
Não circulante	138.790	208.013
<b>Dívida total</b>	<b>146.597</b>	<b>229.671</b>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(11.480)	(22.569)
<b>Dívida líquida</b>	<b>135.117</b>	<b>207.102</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>924.252</b>	<b>827.290</b>
Índice de endividamento líquido	15%	25%

A ISA Investimentos possui *covenants* não financeiros em seu contrato de debêntures, atrelados às condições econômico-financeiras de sua investida em conjunto, TAESA. Em 31 de dezembro de 2019, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas ("covenants não financeiros"). O valor contábil das debêntures tem suas taxas atreladas à variação, do CDI e se aproxima do valor de mercado. (c) **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da ISA Investimentos podem ser assim identificados: (i) **Risco de taxas de juros** - A atualização anual da remuneração das debêntures que a Companhia desembolsa corresponde a 100% da taxa CDI over, somando-se 1,68% de spread. (ii) **Risco de liquidez** - o fluxo de caixa para o compromisso de pagamento das debêntures é proveniente dos proventos recebidos da investida TAESA.

## 16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 29 de janeiro de 2020 a Companhia realizou uma amortização parcial extraordinária no montante de R\$7.807 quitando integralmente, de forma antecipada, o saldo remanescente da parcela com vencimento em 02 de junho de 2020. Em 17 de fevereiro de 2020 os acionistas aprovaram em Assembleia Geral. Extraordinária a subscrição e integralização de dez ações de emissão da ISA Capital do Brasil S.A., no valor total de R\$50,00 (cinquenta reais).

## DIRETORIA

**Fernando Augusto Rojas Pinto**  
Diretor-Presidente

**Alex Enrique Olano Nieto**  
Diretor

**Bernardo Vargas Gibsons**  
Presidente

**César Augusto Ramírez Rojas**  
Vice-Presidente

**Ana Milena Lopez Rocha**  
Conselheira

**Carolina Botero Londoño**  
Conselheira

## CONTADORA

**Izabelle Felício Tomaz**  
CRC 1SP292155/O-5

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.**

São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
  - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2020